

1. A omissão, contradição ou obscuridade, quando não ocorrentes, tornam inviável a revisão em sede de embargos, em face dos estreitos limites do art. 275 do Código Eleitoral.
2. Os aclaratórios não se prestam ao rejugamento da matéria, de modo que o mero inconformismo da parte com o resultado do julgamento não enseja sua oposição.
3. In casu, o que ocorre verdadeiramente é a tentativa, pela via oblíqua, de se proceder ao rejugamento da matéria pelo Colegiado do TSE, pretensão que não se revela cabível nos aclaratórios.
4. Embargos de declaração rejeitados."

(TSE - RESPE - Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral n.º 49221 - Santo André - SP. Acórdão de 22/02/2018. Relator Min. Luiz Fux. Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 25/05/2018, Página 38) (Grifei)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. OMISSÃO E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. REDISCUSSÃO DA CAUSA E FINS DE PREQUESTIONAMENTO. DESCABIMENTO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração são modalidade recursal de integração e objetivam, tão somente, sanar obscuridade, contradição ou omissão, de maneira a permitir o exato conhecimento do teor do julgado; não podem, por isso, ser utilizados com a finalidade de sustentar eventual incorreção do decisum hostilizado ou de propiciar novo exame da questão de fundo, de forma a viabilizar, em âmbito processual inadequado, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido.

(...)

3. O Julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/15 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo colendo STJ, sendo dever do Julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 15.6.2016).

4. O acolhimento de Embargos de Declaração, até mesmo para fins de prequestionamento de dispositivos constitucionais, impõe a existência de algum dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC, o que não se verifica na presente hipótese. O Julgador não está obrigado a enfrentar a tese estritamente sob a ótica propugnada pelas partes, se encontrou outros fundamentos suficientes à solução da controvérsia.

5. Embargos de Declaração rejeitados."

(TSE - Recurso Especial Eleitoral nº 166871, Acórdão, Relator(a) Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 227, Data 30/11/2016, Página 7/8) (Grifei)

Ante o exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral (PRE), em sua posição subsidiária, conheço, mas REJEITO os presentes Embargos de Declaração.

É como voto.

São Luís (MA), 18 de março de 2025.

Juiz Tarcísio Almeida Araújo

Relator

EDITAIS - SJD

EDITAIS

EDITAL Nº 5 - TRE-MA/PR/DG/SJU/COPAD/SEDOC

EDITAL Nº 5 - TRE-MA/PR/DG/SJU/COPAD/SEDOC

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD, designado pela Portaria nº 371 /2025, publicada no DJE nº 44, p. 6-7, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos nº. 02/2025, aprovada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD, conforme a Ata de Reunião 2440489, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI 0003326-62.2023.6.27.8000, faz saber a quem possa interessar, que, transcorridos quarenta e cinco dias da data de publicação deste Edital, se não houver oposição, o TRE/MA eliminará os documentos relativos ao conjunto de documentos 300 - 2 do ano de 2008 a 2015 das unidades administrativas da Sede do Tribunal.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento ou cópias de folhas de um processo, bem como a retirada ou cópia de documentos, avulsos ou processos, mediante petição, com a respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRE/MA.

A Listagem dos Documentos a serem eliminados está disponível no endereço <https://www.tre-ma.jus.br/institucional/gestao-documental/editais>

Manuella Viana dos Santos Faria Ribeiro

Presidente da CPAD

Em 30 de abril de 2025.

Documento assinado eletronicamente por MANUELLA VIANA DOS SANTOS FARIA RIBEIRO, Juiz(a) Auxiliar da Presidência, em 05/05/2025, às 19:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador 2457016 e o código CRC 194D6DE8

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTO - 02/2025

| LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS | | | | | ÓRGÃO/SETOR: TRE-MA/SEDOC |
|--|---------------------------------------|---------------------------|----------------------------|---|--|
| ÓRGÃO/ENTIDADE: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão - TRE-MA UNIDADE | | | | | Listagem nº: 02 |
| /SETOR: Seção de Gestão Documental - SEDOC | | | | | /2025 |
| | | | | | Folha nº: 01/04 |
| CÓDIGO REFERENTE À CLASSIFICAÇÃO | DESCRIPTOR DO CÓDIGO | DATAS- LIMITE | UNIDADE DE ARQUIVAMENTO | | OBSERVAÇÕES E /OU JUSTIFICATIVAS |
| | | | Quantidade | Especificação | |
| 300 - 2 | Recibo de tramitação de documentos | 2008 - 2015 | 156 Caixas | Procedimentos Administrativos - protocolos: | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| MENSURAÇÃO TOTAL: 22,28 metros lineares | | | | | |
| DATAS-LIMITE GERAIS: 2008 - 2015 | | | | | |
| | | | | | |
| Contas do exercício | Nº do Acórdão | Ano de do julgamento | Decisão | Situação | Obs: |
| 2015 | - - - - - | Dispensa de Julgamento | Dispensado | - - - - - | |
| São Luís - MA, 28 de abril de 2025 | | | | | |

| | |
|--|---|
| PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS | MANUELLA VIANA DOS SANTOS FARIA RIBEIRO |
| RESPONSÁVEIS PELA SELEÇÃO | IGOR THADEU SANTANA MACIEL |
| | RAIMUNDO FRANCISCO BARROS COSTA |

1ª ZONA ELEITORAL**INTIMAÇÕES****AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL(11527) Nº 0600188-16.2024.6.10.0001**

PROCESSO : 0600188-16.2024.6.10.0001 AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (SÃO LUÍS - MA)

RELATOR : 001ª ZONA ELEITORAL DE SÃO LUÍS MA

AUTOR : EDUARDO BEZERRA ANDRADE

ADVOGADO : GABRIEL ALLAN DIAS FERREIRA (25733/MA)

ADVOGADO : ADENAUER LUIZ CASTELO BRANCO ROCHA JUNIOR (9885/MA)

ADVOGADO : LUIS PAULO CORREIA CRUZ (12193/MA)

ADVOGADO : LUIZA CORREIA CRUZ (24439/MA)

AUTOR : MATHEUS MENDES LIMA DE MORAES

ADVOGADO : BENNO CESAR NOGUEIRA DE CALDAS (15183/MA)

ADVOGADO : CARLOS SERGIO DE CARVALHO BARROS (4947/MA)

ADVOGADO : SOCRATES JOSE NICLEVISK (11138/MA)

ADVOGADO : TAIANDRE PAIXAO COSTA (15133/MA)

AUTOR : REPUBLICANOS - SAO LUIS - MA - MUNICIPAL

ADVOGADO : CARLA REGINA CUNHA DOS SANTOS MORAIS (6485/MA)

ADVOGADO : LUIZ EDUARDO SILVA ALEXANDRE CHAVES (28932/MA)

ADVOGADO : MARCIO ENDLES LIMA VALE (6430/MA)

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO MARANHÃO

INVESTIGADA : LORENA VERUSKA SOUSA MELO MACEDO

INVESTIGADO : COMISSAO PROVISORIA DO PARTIDO PODEMOS

ADVOGADO : FELIPE LUIZ SILVA BERNARDES (19624/MA)

ADVOGADO : CARLOS HELDER CARVALHO FURTADO MENDES (15529/MA)

ADVOGADO : GABRIEL FERREIRA VELOSO (26449/MA)

ADVOGADO : JOSE CARLOS DO VALE MADEIRA (2867/MA)

ADVOGADO : JOSE GUIMARAES MENDES NETO (15627/MA)

ADVOGADO : LARA MARIA DE ALMEIDA PAZ (26452/MA)

ADVOGADO : PABLO SAVIGNY DI MARANHÃO VIEIRA MADEIRA (12895/MA)

ADVOGADO : THIAGO ANDRE BEZERRA AIRES (18014/MA)

REU : FABIO HENRIQUE DIAS DE MACEDO FILHO

ADVOGADO : FELIPE LUIZ SILVA BERNARDES (19624/MA)